Aliança à vista

ANTONIO HERMINIO PINAZZA

A internacionalização da economia forçou os países com condições para tal a realizarem reformas de primeira geração, buscando a estabilização econômica via mudanças estruturais, abertura comercial e desregulamentação entre outras, com o objetivo de diminuir/eliminar a obsolescência do setor público e tornar mais eficiente o setor privado.

Está em curso uma segunda geração de reformas visando mais eficiência no setor público para atuar coordenadamente com os demais agentes sociais (Organizações não governamentais, ONGs, e Organizações da sociedade civil, OSCs). Esses agentes, que formam o grupo denominado terceiro setor, estão envolvidos com a meta do crescimento econômico com maior eqüidade e justiça social. Buscam mecanismos para relacionar o Estado e os agentes sociais através de novas formas de organização.

Terceiro setor em ação

No agribusiness, o agente indutor desse processo é a FAO, que expôs essas questões no recente evento consulta regional da FAO com ONGs e OSCs da América Latina e do Caribe, ocorrido em Mérida, México.

O ponto de vista da FAO é de que "os governos enfrentam sérios problemas para elevar a competitividade agrícola, assegurar a sustentabilidade ambiental e reduzir a pobreza rural".

Somente nos países latinos e no Caribe existem 204 milhões de pobres, 78 milhões vivendo nas zonas rurais. Esses números sustentam a premência de rever as estratégias de desenvolvimento nas quais, particularmente no institucional, o terceiro setor tem significativa importância.

A força do terceiro setor na América Latina e no Caribe se ratifica pela ocorrência de mais de 11 mil ONGs e OSCs. A FAO deseja utilizar esse potencial para melhorar a difusão de informações, aprimorar o diálogo sobre políticas, possibilitar a realização de projetos em conjunto e desenvolver programas de campo. É rápido o crescimento das organizações surgidas da sociedade civil e o complexo leque de sua diversidade.

Linhas de cooperação

Segundo a FAO, as ONGs são organizações formalmente constituídas que, se não representam setores da população, prestam serviços e mobilizam a opinião pública em esferas que interessam ao sistema das Nações Unidas. Já para o caso das OSCs, o conceito contempla os cidadãos e os movimentos sociais que se organizam em torno de determinados objetivos, grupos de pessoas ou temas de interesse.

No rol das OSCs, de acordo com a FAO, cabem tanto as ONGs – que podem ser organizações populares, formais e informais – como outras categorias, tais como meios de comunicação, autoridades locais, empresários ou oriundos da área de P&D.

A FAO já vinha mantendo relações com ONGs e OSCs, mas não de forma sistemática; agora se esforça para estabelecer linhas de cooperação dentro dos princípios de *alianza* (*asociación* ou *partnership*). As formas tradicionais de gestão do combate à pobreza têm hoje grandes limitações, materializadas em excesso de centralização, baixa verticalidade e especificidade, descontinuidade, falta de transparência, fragmentação de função e ausência de avaliação.

Diversidade e complementaridade

A Abag participou desse encontro com grande interesse e dentro de uma visão sistêmica, segundo a percepção de que as abordagens diversas da problemática da agropecuária – uma de natureza econômica e outra de natureza social – são fios de um mesmo tecido e não dogmas opostos.

A busca de uma solução econômica e social se encaminha para a constituição de uma agenda mundial, relacionada com agricultura e segurança alimentar, com reais reflexos nas negociações comerciais, protecionismo, defesa vegetal, sanidade animal, qualidade dos alimentos e sustentabilidade ambiental.

Essas questões não podem acarretar uma espiral de desequilíbrio e impedir a possibilidade de crescimento socioeconômico, principalmente na América Latina e Caribe que, juntamente com a África, formam as regiões de maior desigualdade no mundo. Mais da metade da população rural dessas regiões vive em estado de pobreza e uma terça parte em condições de indigência.

O círculo vicioso de pobreza e degradação dos recursos ambientais impede um desenvolvimento sustentável para a América Latina e o Caribe, e é por isso que a FAO busca uma interação com as ONGs e as OSCs existentes.

Interação estratégica

A Consulta ocorrida em Mérida serviu para aprimorar o documento básico de política e estratégia da FAO para a cooperação com as organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil.

O terceiro setor aumenta assim sua expressão e deverá atuar consorciado à FAO em áreas como intercâmbio e análise de informação, diálogo político, programas de campo e mobilização de recursos.

Esse processo de cooperação entre a FAO, governos, ONGs e OSCs é também uma oportunidade de difusão dos serviços que essas duas últimas concedem e de melhor interpretar e avaliar seus papéis.

Antonio Herminio Pinazza é engenheiro agrônomo, professor universitário e diretor executivo da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness.